

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AULA DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO-BA

Laenyo Silva Souza ¹
Diandra Hoffmann Costa ²

RESUMO

O presente trabalho relata experiência pedagógica realizada com turmas do 8º e 9º anos do Centro Educacional de Ensino Fundamental Pedro Danillo Dierings localizado no distrito de Roda Velha III, município de São Desidério-BA, em um território marcado pela expansão do agronegócio e pela resistência da agricultura familiar. A proposta consistiu em uma aula de campo materializada nas comunidades de Roda Velha I e II, com o objetivo de promover aprendizagens sobre agroecologia e suas relações com o ensino de Geografia, articulando teoria e prática a partir da realidade local. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida como relato de experiência, com base na observação participante e nas interações pedagógicas antes, durante e após a saída de campo, fundamentada em referenciais da educação geográfica e ambiental, além das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017). Durante a atividade, os estudantes puderam identificar elementos do bioma Cerrado, compreender a relação sociedade-natureza, diferenciar agroecologia e agronegócio, e valorizar os modos de vida da agricultura familiar. Os resultados evidenciaram maior engajamento, interesse e participação dos alunos, que demonstraram entusiasmo e compreensão ampliada sobre os conteúdos trabalhados. A experiência reforçou o potencial das aulas de campo como metodologia de ensino diversificada, capaz de integrar dimensões sociais, culturais e ambientais, favorecendo a criticidade e a construção coletiva do conhecimento. Conclui-se que a prática contribuiu significativamente para o fortalecimento de uma educação geográfica crítica, inclusiva e contextualizada, valorizando o território e os saberes locais como instrumentos formativos.

Palavras-chave: Geografia escolar, Agroecologia, Aula de campo, Educação ambiental, Ensino crítico.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no Centro Educacional de Ensino Fundamental Pedro Danillo Dierings (CEEPDD), localizado no distrito de Roda Velha III, vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) do município de São Desidério, no oeste da Bahia. A escola atende a uma comunidade estudantil diversa em termos de origem étnico-racial, incluindo descendentes de indígenas, pardos e pessoas pretas, refletindo a rica

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Professor na Secretaria Municipal de Educação de São Desidério-BA. laenyoprof@gmail.com;

² Doutoranda em Geografia, Universidade de Brasília – DF, Professora na Secretaria Municipal de Educação de São Desidério-BA. diandrageohoffmann@gmail.com.





diversidade sociocultural e histórica do território. Essa pluralidade é também um elemento formador da identidade local, marcada por experiências de resistência, migrações internas e pela convivência entre o campo tradicional e o avanço do agronegócio.

Inserida em um território fortemente marcado pelas transformações socioeconômicas advindas da expansão da fronteira agrícola, a escola-campo encontra-se cercada por fazendas mecanizadas, algodozeiras e indústrias agroexportadoras, com destaque para empresas multinacionais como BUNGE e CARGILL, que exercem forte influência sobre o modo de vida local. O distrito de Roda Velha, nesse sentido, representa um recorte emblemático do modelo de desenvolvimento agroexportador do MATOPIBA, região que abrange partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e que tem no Cerrado um de seus principais espaços de disputa territorial.

O bioma Cerrado, caracterizado por uma grande biodiversidade e por ecossistemas frágeis, foi intensamente modificado pela conversão de suas paisagens naturais em áreas de produção agrícola. A correção de solos, o uso intensivo de insumos químicos, a monocultura de grãos e a mecanização agrícola alteraram significativamente os ecossistemas locais, comprometendo nascentes, fauna, flora e modos de vida tradicionais. Esse processo de territorialização do capital rural evidencia as contradições entre o discurso do progresso e os impactos socioambientais que atingem as populações locais.

Diante desse cenário, o ensino de Geografia assume papel essencial na formação crítica dos estudantes, proporcionando uma leitura complexa e contextualizada do espaço vivido. Ao trabalhar conceitos estruturantes como paisagem, lugar, território, região e espaço geográfico, o ensino geográfico contribui para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, possibilitando que os alunos reflitam sobre as transformações do Cerrado, o uso desigual dos recursos naturais e as tensões entre o agronegócio e a agricultura familiar.

Em consonância com as diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), que no ano letivo de 2023 propôs temas norteadores como Educação Ambiental, Agroecologia e Relações Étnico-Raciais, a presente experiência didática foi planejada de modo interdisciplinar, integrando conteúdos de Geografia, Ciências e História. A proposta buscou articular o currículo escolar à realidade local, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento científico e os saberes comunitários.





Para tanto, foi organizada uma aula de campo nas comunidades rurais de Roda Velha I e II, territórios caracterizados pela predominância da agricultura familiar, em contraponto ao modelo mecanizado e de larga escala predominante em Roda Velha III. A escolha do local se deu por sua relevância pedagógica: ao observar práticas agroecológicas locais, os estudantes puderam perceber, na prática, como se estruturam formas alternativas de produção, baseadas na sustentabilidade, cooperação e respeito aos ciclos naturais.

A atividade foi antecedida por aulas teóricas e rodas de conversa sobre agroecologia, soberania alimentar e impactos ambientais, utilizando recursos como vídeos, mapas e reportagens locais. Durante a visita, os alunos realizaram registros fotográficos, entrevistas com agricultores e observações diretas sobre o uso do solo, cultivos e técnicas empregadas. Após o retorno à escola, desenvolveram painel expositivo, discutindo os contrastes entre os modelos agroecológico e agroindustrial e suas implicações para o futuro do Cerrado e da comunidade.

O objetivo central deste trabalho é analisar os impactos positivos da visita técnica no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, promovendo uma compreensão crítica e sistêmica da agroecologia a partir do contexto local. Entre os objetivos específicos, destacam-se: compreender a relação sociedade-natureza, distinguir agroecologia e agronegócio, valorizar os modos de vida da agricultura familiar e reconhecer o papel da escola na formação ambiental e cidadã.

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, configurado como relato de experiência, fundamentado em observação participante e na análise das interações pedagógicas ocorridas antes, durante e após a saída técnica. A metodologia utilizada segue a perspectiva da pesquisa-ação, em que o professor atua como mediador e sujeito ativo do processo educativo, observando e refletindo sobre sua própria prática.

Do ponto de vista teórico, o trabalho fundamenta-se em autores da educação geográfica crítica, como Callai (2001), Cavalcanti (2014) e Straforini (2017), que ressaltam o papel da escola como espaço de formação para a leitura e transformação do mundo. No campo da educação ambiental e agroecologia, dialoga-se com Caporal e Costabeber (2004), Porto-Gonçalves (2006) e Ab'Sáber (2003), cujas reflexões contribuem para compreender as dinâmicas entre território, natureza e sustentabilidade.





O estudo se alinha às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de Geografia para o desenvolvimento do pensamento crítico, da responsabilidade socioambiental e da valorização da diversidade. A experiência relatada demonstra que a prática pedagógica contextualizada, enraizada nas realidades locais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada no relato de experiência e na observação participante. Essa escolha metodológica parte do pressuposto de que a compreensão das práticas pedagógicas e dos processos de aprendizagem requer uma análise contextualizada e interpretativa, considerando o papel ativo dos sujeitos envolvidos (professor e estudantes).

Segundo Severino (2013), a abordagem qualitativa permite captar o sentido das ações humanas em seus contextos naturais, valorizando os significados atribuídos pelos participantes às suas vivências. No caso em análise, o foco recai sobre a experiência educativa de uma aula de campo desenvolvida com três turmas do 8º ano e três turmas de 9º ano do Ensino Fundamental do Centro Educacional Pedro Danillo Dierings (CEEPDD), localizado em Roda Velha III, município de São Desidério-BA.

O professor atuou como mediador e pesquisador participante, registrando o processo de aprendizagem e promovendo momentos de reflexão coletiva. Inspirado em Paulo Freire (2020), o educador assumiu uma postura dialógica, compreendendo o ensino como ato político e libertador, em que a aprendizagem nasce da interação entre teoria, prática e experiência vivida. Essa prática reforçou o princípio da educação do campo e da valorização dos saberes locais, em consonância com os pressupostos da educação geográfica crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola pública, sobretudo no contexto do campo, configura-se como espaço de resistência, de produção de saberes e de construção de novas formas de compreender o mundo vivido. É nesse ambiente que o professor de Geografia atua como mediador entre o conhecimento científico e o saber popular, favorecendo a leitura crítica da realidade socioespacial. Freire (1996, 2020) enfatiza que ensinar é criar possibilidades para a construção do conhecimento, e não apenas transferi-lo, ressaltando a importância do diálogo,





da problematização e da contextualização dos conteúdos. Assim, a prática pedagógica se transforma em um ato político e libertador, orientado pela reflexão crítica sobre as contradições do território.

No ensino de Geografia, a aula de campo assume um papel essencial como metodologia ativa e investigativa, possibilitando ao estudante observar, analisar e reinterpretar o espaço. Segundo Rodrigues e Otaviano (2001), o trabalho de campo ultrapassa o caráter técnico, pois permite compreender a espacialidade das relações humanas, articulando teoria e prática no processo de aprendizagem. Ao aproximar os conteúdos escolares do cotidiano, o campo torna-se um “laboratório vivo” onde o conhecimento geográfico ganha sentido e concretude, conforme também defende Cavalcanti (2014) ao destacar a importância da experiência e da mediação docente para a formação do pensamento espacial.

Essa perspectiva dialoga com a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta o ensino de Geografia para o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a argumentação e a responsabilidade socioambiental. O documento propõe que o aluno compreenda o espaço geográfico como resultado da ação humana e das dinâmicas naturais, valorizando a diversidade cultural e ambiental presente nos territórios brasileiros. No contexto de São Desidério, onde o avanço do agronegócio convive com a agricultura familiar e com as lutas pela preservação do Cerrado, essa abordagem torna-se ainda mais significativa.

De acordo com Ab’Sáber (2003, 2012), o bioma Cerrado, apesar de apresentar solos inicialmente pobres, possui alta resiliência ecológica e grande diversidade biológica, constituindo-se como patrimônio natural e sociocultural. A degradação de suas paisagens pela mecanização agrícola e pela expansão da fronteira agrícola revela uma das faces da modernidade que transforma a natureza em mercadoria. Nesse sentido, é fundamental que o ensino de Geografia promova reflexão crítica das relações sociedade-natureza, destacando as contradições entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade socioambiental.

Autores como Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) e Enrique Leff (2002) contribuem para compreender essas contradições ao proporem a crítica à racionalidade moderna e ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Porto-Gonçalves (2006) observa que a natureza é tratada como objeto de apropriação e dominação, o que acentua as desigualdades sociais e ambientais. Leff (2002), por sua vez, propõe a agroecologia como paradigma alternativo e emancipador, integrando saberes científicos e tradicionais em busca de uma racionalidade ambiental capaz de superar a lógica produtivista e mercantil.





A agroecologia, nesse contexto, representa não apenas um modelo de produção sustentável, mas também uma forma de resistência epistemológica e cultural. Ao valorizar os saberes locais e a autonomia das comunidades, ela se opõe ao que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina de pensamento abissal, no qual certos saberes e sujeitos são invisibilizados pelo paradigma dominante. Essa perspectiva amplia a compreensão da aula de campo como prática decolonial, que reconhece e legitima os conhecimentos produzidos no território, rompendo com a hierarquia entre saber científico e popular.

Sob essa ótica, a educação geográfica assume um papel de transformação social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça socioambiental. Conforme Callai (2001), aprender Geografia é aprender a ler o mundo, a identificar as contradições e as múltiplas escalas que compõem o espaço geográfico. Essa leitura implica perceber o Cerrado não apenas como espaço físico, mas como território de vida, cultura e disputa política. A valorização da agricultura familiar, portanto, deve ser entendida como afirmação de identidades e defesa da diversidade produtiva e ambiental.

Além disso, a prática educativa relatada está em consonância com as discussões sobre educação do campo, que busca fortalecer os vínculos entre escola e comunidade, conforme defendem Caldart (2009) e Fernandes (2008). A educação do campo não se restringe ao espaço físico rural, mas se configura como um projeto político-pedagógico que reconhece o campo como lugar de produção de saberes, culturas e resistência frente às desigualdades estruturais. Assim, a visita técnica à comunidade de Roda Velha I materializa o diálogo entre escola e território, permitindo que os estudantes compreendam as dinâmicas locais como parte de processos mais amplos — econômicos, ambientais e culturais.

Por fim, compreender o ensino de Geografia nesse contexto implica adotar uma epistemologia do Sul, no sentido proposto por Boaventura de Sousa Santos (2019), que valoriza as experiências e saberes historicamente silenciados. Essa abordagem contribui para construir uma educação geográfica emancipadora, que articula teoria, prática e compromisso social, reconhecendo os territórios do Cerrado como espaços de vida e não apenas de exploração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os momentos formativos desenvolvidos ao longo do componente curricular de Geografia possibilitaram a (re)construção de saberes a partir da realidade dos estudantes, articulando teoria e prática em uma perspectiva crítica. As discussões em sala de aula, antes e



reforçando o sentimento de pertencimento das comunidades locais. Entretanto, a intensificação do agronegócio e o desmatamento de áreas de nascente têm comprometido a qualidade e o volume das águas, evidenciando a necessidade de ações de conservação e manejo sustentável que assegurem a continuidade desse patrimônio natural e social essencial à vida no campo.

A visita à comunidade de Roda Velha I proporcionou o contato com experiências agroecológicas locais, como hortas comunitárias e sistemas de irrigação artesanal mantidos por famílias agricultoras. Nesses espaços, os alunos observaram a diversidade de cultivos (mandioca e hortaliças) e o uso de práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, fundamentadas em saberes transmitidos entre gerações. Como destaca Leff (2002), a agroecologia articula o saber tradicional e o conhecimento científico, constituindo-se como uma prática de resistência frente à racionalidade mercantil.

Durante as entrevistas e conversas informais com agricultores locais, os estudantes identificaram que a produção agroecológica é voltada principalmente para o autoconsumo e para a economia solidária, contrastando com a lógica do agronegócio voltada à exportação e ao lucro. Essa constatação foi debatida em sala de aula, favorecendo a compreensão das desigualdades estruturais e das diferentes racionalidades que coexistem no campo. A partir dessas trocas, emergiu uma visão mais ampla do território como espaço de disputas políticas, econômicas e simbólicas, conforme aponta Santos (2019) ao discutir as epistemologias do Sul.

Figura 02: Saída técnica - momento de Socialização e contemplação da paisagem



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

O diálogo com os agricultores despertou nos estudantes sentimentos de pertencimento e valorização da cultura local, rompendo com estigmas associados à vida no campo. Muitos relataram, nas produções escritas pós-visita, que passaram a compreender a importância da agricultura familiar não apenas como atividade econômica, mas como modo de vida que



preserva tradições, saberes e práticas sustentáveis. Essa mudança de percepção confirma a relevância da aula de campo como metodologia emancipadora, ao permitir que o estudante se reconheça como sujeito histórico inserido em uma totalidade social complexa. Do ponto de vista pedagógico, a proposta demonstrou resultados expressivos quanto à motivação e ao engajamento discente.

Figura 03: Visita as hortas e plantação de mandioca



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

Durante as atividades de campo, observou-se alto nível de participação, curiosidade e colaboração entre os grupos. Posteriormente, nas rodas de socialização, os alunos apresentaram registros fotográficos, anotações diversificadas, evidenciando a apropriação dos conceitos geográficos e a articulação entre o conhecimento científico e o saber comunitário. Essa postura ativa confirma a potencialidade da educação geográfica crítica, defendida por autores como Freire (1996, 2020) e Callai (2001), na qual aprender é um ato de investigar e intervir na realidade. Outro aspecto relevante foi a incorporação de práticas interdisciplinares.

A visita técnica permitiu a integração entre Geografia, Ciências, História e Língua Portuguesa, possibilitando aos estudantes a leitura do território sob múltiplos olhares. Essa abordagem dialoga com as diretrizes da BNCC (2017), que valoriza a contextualização e a interdisciplinaridade como caminhos para o desenvolvimento das competências socioambientais e cidadãs.

Em síntese, os resultados obtidos evidenciam que a aula de campo promoveu aprendizagens significativas e transformadoras. Os estudantes ampliaram sua capacidade de observação e análise crítica, fortaleceram o senso de pertencimento ao território e desenvolveram atitudes de respeito à natureza e às comunidades locais. Do ponto de vista docente, a experiência reafirmou a importância de metodologias participativas e contextualizadas, que reconheçam a escola do campo como espaço de produção de conhecimento e de resistência frente às desigualdades socioambientais do Oeste da Bahia.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

A experiência relatada neste trabalho evidencia que a aula de campo constitui-se como uma prática pedagógica potente no ensino de Geografia, especialmente quando articulada ao contexto socioambiental e cultural dos estudantes. A atividade desenvolvida nas comunidades de Roda Velha I e II possibilitou a vivência concreta dos conteúdos estudados em sala de aula, favorecendo o diálogo entre teoria e prática, ciência e cotidiano, escola e território.

Os resultados demonstraram que a metodologia contribuiu significativamente para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da consciência socioambiental dos alunos, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A observação direta do espaço e o contato com agricultores familiares despertaram reflexões sobre sustentabilidade, desigualdade territorial e justiça ambiental, fortalecendo o vínculo entre conhecimento científico e saberes tradicionais.

Constatou-se, ainda, que a aula de campo ampliou o engajamento e o interesse discente, permitindo uma aprendizagem significativa e afetiva. Os estudantes passaram a reconhecer a agricultura familiar como expressão de resistência cultural e econômica frente ao modelo hegemônico do agronegócio. Esse reconhecimento reforça a importância de uma educação geográfica comprometida com a valorização do território, da diversidade e dos sujeitos que o constroem.

Do ponto de vista docente, a experiência revelou a necessidade de repensar as práticas pedagógicas no ensino de Geografia, priorizando metodologias ativas, dialógicas e contextualizadas. A observação participante e a pesquisa-ação mostraram-se fundamentais para compreender o processo educativo como um movimento contínuo de reflexão e transformação da prática, conforme defendem Freire (2020) e Callai (2001).

Por fim, conclui-se que o trabalho contribuiu para fortalecer uma educação geográfica crítica e decolonial, comprometida com a leitura e a transformação do mundo vivido. O território de São Desidério, marcado pelas contradições entre o agronegócio e a agricultura familiar, revela-se como espaço privilegiado para práticas educativas que articulam ciência, cultura e cidadania. Recomenda-se a continuidade de experiências semelhantes em outras escolas do campo, ampliando as discussões sobre agroecologia, Cerrado e sustentabilidade como temas estruturantes para uma formação integral e emancipadora.

REFERÊNCIAS





AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SÁBER, A. N. **O Cerrado: domínio dos chapadões interiores**. São Paulo: Edusp, 2012.

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. **Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2017.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CALLAI, H. C. **O ensino de Geografia: reflexões e propostas**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Embrapa, 2004.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. **Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas**. *E-Mosaicos*, v. 7, p. 3-25, 2019.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2014.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO – GONÇALVES, C. W.. **OS (DES)CAMINHOS DO MEIO AMBIENTE I** Carlos Walter Porto Gonçalves, 14. ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, A. B; OTAVIANO, C. A. **Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia**. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan./jun. 2001. Disponível em: < [geografiauel,+Gerente+da+revista,+4.pdf](#)>. Acesso em: 05 de fev. de 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.





STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais.**
São Paulo: Contexto, 2017.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

